

DE ESTRANGEIRAS A MIGRANTES

Os 15 anos de luta do Projeto Estrangeiras





Tatuapé

1997, São Paulo

Foi na antiga Penitenciária Feminina do Tatuapé, hoje desativada, que as visitas começaram. Uma denúncia de tortura em 1997 levou uma equipe coordenada pelas advogadas Michael Mary Nolan e Sonia Drigo e pelo então deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh às instalações do presídio. Na vistoria, uma surpresa: o português não era a única língua falada na unidade. Isoladas do mundo jurídico e de seu território, cerca de 40 estrangeiras dividiam cela com as mais de 500 brasileiras privadas de liberdade.

Projetada inicialmente para sediar um centro de triagem da antiga Febem, a penitenciária não tinha estrutura adequada para receber mulheres – como a maior parte das prisões femininas no país. Na transição, em 1989, o prédio precisou ser adaptado: a reforma previu apenas o desentupimento das tubulações e uma demão de tinta nas paredes. “Não teve nada de adaptação. A estrutura das celas era para animais”, afirma a psicóloga Marcia Setúbal, diretora da penitenciária de 2001 a 2002 e diretora de reabilitação durante a década de 1990. Ali não faltavam denúncias de tortura, espancamentos à noite e abuso de autoridade. Não por acaso, uma

rebelião, com um desfecho trágico, foi deflagrada na unidade nos anos 2000.

Superlotadas, com sete mulheres num espaço previsto para duas, as poucas celas com vaso sanitário não tinham pia. “Se você estivesse muito menstruada, você tinha que se virar. E ainda dependia da vontade da agente para abrir a porta”, afirma Marcia. Na unidade, o contato visual entre agentes e mulheres era expressamente proibido e, ao circular pela penitenciária, elas precisavam andar com as mãos para trás. “Eram aquelas regras de prisão que você nunca sabia de onde vinham”, diz. “Mas com o ITTC e com a Pastoral Carcerária, era diferente. Era uma conversa olho no olho”, explica.

O que era para ser uma visita acabou se tornando o embrião de um projeto. O Projeto Estrangeiras, que em 2016 comemora 15 anos, foi gestado ainda em 1997, junto com a fundação do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). Composto, a princípio, por advogadas em sua maioria, o Instituto nunca prestou formalmente atendimento jurídico às mulheres privadas de liberdade. Sua atuação ia além. “Desde o começo, mesmo o pessoal do mundo jurídico tinha essa capacidade de acompanhar o cotidiano das mulheres. Essa sempre foi uma preocupação”, afirma a assistente social Denise

“O ITTC ERA
BEM RECEBIDO
PELAS PRESAS
BRASILEIRAS E
ESTRANGEIRAS,
MAS NÃO
NECESSARIAMENTE
SÓ PELO TRABALHO
QUE REALIZAVA”

Marcia **Setúbal**

minutos, o suficiente para entender, em diferentes línguas, o que havia passado com aquelas mulheres. “O ITTC era bem recebido pelas presas brasileiras e estrangeiras, mas não necessariamente só pelo trabalho que realizava”, afirma Marcia Setúbal.

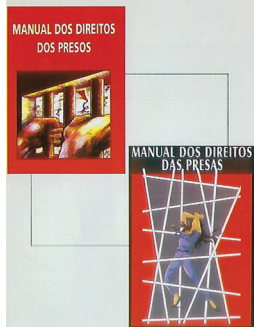
De fato, as idas frequentes à prisão foram tornando o rosto de Michael, Sonia, Denise e, mais tarde, de Heidi Cerneka, familiares às mulheres. A escuta - estratégia quase natural para a equipe - fez do ITTC um apoio para as mulheres, brasileiras ou não. “A gente vai às vezes para fazer o papel de parente, de família dessas estrangeiras”, afirma Sonia sobre o período de criação do Projeto. Heidi Cerneka, coor-

Neri Blanes, diretora e atual tesoureira do ITTC. O contato foi aos poucos. O então capelão do complexo penitenciário, padre Júlio Lancellotti, fez a ponte entre as mulheres de fora do país e a equipe do ITTC. As conversas aconteciam nas grades e duravam poucos

denadora honorífica para a Questão da Mulher Presa da Pastoral Carcerária Nacional e vice-diretora do ITTC, explica que o trabalho junto às estrangeiras também foi intuitivo. Durante as conversas, muitas vezes informais, a equipe ia conhecendo as histórias e entendendo a complexidade da trajetória daquelas mulheres. “Quando a gente começou, ninguém sabia quem a gente era. E nem nós sabíamos quais eram os problemas”, afirma a irmã Michael Mary Nolan, uma das fundadoras do ITTC. “Nos primeiros meses a gente ia, sentava e escutava. Quando as estrangeiras começaram a ter confiança, elas faziam os pedidos e a gente ia resolvendo”, diz.

O idioma ajudou a aproximar as mulheres da equipe. A falta de agentes penitenciárias, e penitenciários também, com domínio em uma segunda língua tornou a atuação do Instituto essencial no acompanhamento das estrangeiras no Tatuapé. Os documentos - todos em português - impossibilitavam que as mulheres de fora do país pudessem entender com clareza o seu próprio destino, expresso nas linhas dos acordos, termos e declarações assinados por elas. “O Código de Processo Penal só indicava pessoas tradutoras durante o interrogatório judicial; então muitas mu-

A publicação do *Manual dos Direitos das Presas* e do *Manual dos Direitos dos Presos* tem contribuído para a formação e informação da população em geral, graças à sua linguagem simples e às ilustrações cuidadosas sobre o cotidiano de quem vive encarcerado.



A elaboração e distribuição de material formativo têm sido uma experiência instigante com duplo resultado: tem contribuído para a formação e informação da população em geral e tem fortalecido grupos de jovens artistas que além de divulgar a sua arte e talento, debatem e se aproximam dos temas e das questões sociais vividas por grandes parcelas da população em nossa sociedade.

"O ITTC nasceu para ser um instrumento de defesa dos direitos da população brasileira. E tem sido. Tem cumprido seu papel junto a grupos vulneráveis como o de mulheres presas. E cumprirá. Sempre."

Luiz Eduardo Greenhalgh é um dos fundadores do ITTC, advogado criminalista e deputado federal por São Paulo.

"Conhecia as atividades do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e de vários de seus membros, razão pela qual foi uma alegria iniciar uma parceria com esta entidade em 2001, certa da histórica ligação de seus membros com a luta pelos direitos humanos.

Junto com o ITTC, o Colibri e Comissão da Mulher Advogada e de Direitos Humanos da OAB/SP e a Associação Juizes para a Democracia formamos o Grupo de Estudos e Trabalho "Mulheres Encarceradas".

Este projeto contínuo encontra respaldo nos objetivos do ITTC: atividade concreta voltada para os excluídos, para que possam exercer os direitos de cidadãos.

Não há maior exclusão do que sofrem as presidiárias e o ITTC tem sido um grande agente para a ascensão da cidadania das mulheres presas."

Kenark Boujkian Felipe, Juiz de direito em São Paulo; fundador, ex-presidente e membro do conselho executivo da Associação Juizes para a Democracia e membro do conselho editorial do Jornal Brasil de Fato.

"A parceria do ITTC no apoio às presas estrangeiras no estado de São Paulo tem possibilitado identificar e encaminhar as situações difíceis do cotidiano da detenção."

Pedro Armando Egidio de Carvalho, ex-diretor da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo.

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
Rua Marquês de Itu, 298
Fone: (11) 3331-4066/3355
E-mail: ittc@ittc.org.br
www.ittc.org.br

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania



INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA

"Carregamos a história de luta e de engajamento político e social de nossos fundadores, nas mais diversas áreas de defesa dos direitos do cidadão."

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania -

ITTC é uma organização não-governamental, com sede em São Paulo, Capital, constituída em outubro de 1997 por profissionais que atuam em defesa dos direitos dos cidadãos.

Nossos Objetivos:

- Promover a formação e a educação que leva ao pleno acesso à cidadania.
- Favorecer a instalação e continuidade de diálogos públicos acerca de temas relacionados com a terra, trabalho e cidadania, especialmente para ajudar aqueles que sofrem a exclusão a conhecer e reivindicar seus direitos.
- Apoiar entidades públicas e da sociedade civil que desenvolvam ações compatíveis com os objetivos do ITTC.

Nosso trabalho:

De 1997 a 1998, realizamos pesquisa e atendimento às mulheres presas da Penitenciária Feminina do Itaquape/SP, principalmente quanto à divulgação dos seus direitos, com a publicação do *Manual dos Direitos das Presas*.

De 1999 a 2001, desenvolvemos projeto de apoio à ressocialização dos internos da Penitenciária Mário de Moura Albuquerque (P1, em Franco da Rocha/SP), após pesquisa realizada junto à população carcerária daquela unidade. Além de incentivarmos as relações familiares e com a sociedade local, contribuímos com as oficinas de artesanato e de informática, assim como para a melhoria da qualidade da alimentação de todos naquela penitenciária, com a produção de verduras e hortaliças pelos próprios presos.



De 2001 a 2003, voltamos a nos dedicar exclusivamente às mulheres presas do nosso Estado, em especial, às estrangeiras, por convênio firmado com a Secretaria de Administração Penitenciária - SAP, para assistência e aprimoramento da comunicação entre elas, as autoridades consulares e os funcionários do sistema, respeitando suas tradições e dificuldades com o nosso idioma. Ao mesmo tempo, desenvolvemos rotina de atendimento às presas brasileiras na Penitenciária Feminina do Itaquape/SP, principalmente, levando informações processuais e incentivando e promovendo o contato com seus familiares, além de contribuir com material de artesanato e de higiene nas ações conjuntas com a Pastoral Carcerária.



Os projetos do **ITTC** são sempre desenvolvidos em parceria com jovens universitários que, além de ampliar e fortalecerem o nosso trabalho, acumulam conhecimento e se aproximam da realidade social vivida por diversos segmentos populacionais. Temos contato com alunos de Direito, Serviço Social e Psicologia da UniABC, PUC-SP, FMU, Unip-Santos e Mackenzie.



O **ITTC** participa ativamente de debates sobre políticas públicas em parceria com a Pastoral Carcerária e Comissões de Direitos Humanos Municipais, Estaduais e Federal, além de integrar nos últimos dois anos, o grupo de estudos sobre *Mulheres Encarceradas* e de ter assento no Conselho da Cidadania da SAP.

A sede do ITTC é um espaço utilizado por vários grupos que compartilham nossos objetivos, otimizando nossos recursos e ampliando nossa ação.



lheres não sabiam sequer o que estava acontecendo”, explica Michael.

A língua estava longe de ser o único empecilho. Longe de casa, a falta de contato com as famílias era ainda mais aflitiva do que o próprio desconhecimento do processo judicial. Até 2012, as mulheres só podiam receber ligações a cada seis meses no regime fechado. Hoje, nem isso. O jumbo, kit com produtos para presos

e presas, fornecido normalmente pela família, não era enviado às mulheres por uma razão quase óbvia: não há no Brasil quem lhes envie. As visitas – já tão raras em penitenciárias femininas – eram ainda menos comuns no caso das estrangeiras. “A prisão é o abandono e a completa desconsideração da sua existência”, afirma a juíza Kenarik Boujikian, uma das precursoras na discussão de gênero

JUMBO

ALIMENTOS	HIGIENE	LIMPEZA	VESTUÁRIOS
Açúcar Refinado	Shampoo	Esponja p/ Louça	Blusa de Moletom
Bolacha Doce	Condicionador	Sabão em Pedra	Camiseta Branca
Bolacha Salgada	Sabonete	Detergente	Toalha de Banho
Pão de Forma	Gel Dental	Desinfetante	Meia Algodão
Pão Sovado	Escova de Dente	Escova p/ Lavar Roupa	Calcinha
Bolo Industrializado	Atisséptico Bucal	Amaciante de Roupa	Sutien
Bisnaguinha	Desodorante	PAPELARIA	Lençol Solteiro
Chocolate em Barra	Aparelho de Barbear	Bloco de Carta	Fronha
Achocolatado em pó	Papel Higiênico	Envelope de Carta	Cobertor Solteiro
Bala	Cotonete	Caneta	Chinelo
Leite em Pó	Fio Dental	Lápis Preto	CIGARROS
Suco em Pó	Hidratante	Apontador de Lápis	Cigarro
Maionese	Gel p/ Cabelo	Borracha	Isqueiro
Farofa Temperada	Absorvente	Caderno Brochura	
Salgadinho	Pente	Revista	
Paçoca de Amendoim	Cortador de Unha		
Doce em Barra			

no sistema prisional no Brasil. “E eu acho que para a mulher estrangeira isso é multiplicado à enésima potência”, diz.

A chegada do ITTC alterou sensivelmente esse cenário. Com a aproximação e o acolhimento das mulheres, a equipe passou a fazer a mediação entre elas e suas famílias. Por meio de cartas e telefonemas, elas tinham notícias da vida que foram obrigadas a deixar para trás. O aprimoramento da comunicação à distância após a chegada da internet facilitou ainda mais o contato. “Naquela época não havia internet, então todos os processos e acompanhamentos eram em papel e levava muito tempo até encontrar as mulheres para informá-las sobre o que estava acontecendo”, diz Michael Formada majoritariamente por advogadas e estudantes de direito, a equipe ainda trazia informações processuais e explicava para as mulheres a situação em que se encontravam.

A reação das brasileiras diante do Projeto foi, a princípio, de “ciúme”, conta a advogada Sonia Drigo, uma das fundadoras do ITTC. “Era como se elas perguntassem: ‘se a brasileira não tem, porque vão dar para uma estrangeira?’”, afirma. Vivendo nas mesmas condições das presas de fora do país, as brasileiras não entendiam as razões pelas quais as estrangeiras recebiam

um atendimento especial na penitenciária. Mas o ITTC sabia que havia encontrado um espaço, até então invisível, para atuar. “Eu não quero que uma estrangeira tire o que é de direito de uma brasileira. Mas eu também não posso querer que ela pague por uma coisa, ou pague duplamente, só porque é estrangeira”, afirma Sonia. Para Denise Blanes, a Pastoral Carcerária – parceira histórica do ITTC – ficou responsável pelo atendimento às brasileiras, enquanto o Instituto se dedicava às mulheres de fora do país. À medida em que o Projeto avançava com as estrangeiras, ampliavam-se também os benefícios às brasileiras. “Antes, crianças nasciam na penitenciária com um policial militar de cada lado e, no dia seguinte, elas tinham que ser entregues a um abrigo. Hoje existe o direito à amamentação e o direito ao pré-natal. E isso são coisas que o ITTC levou para as presas – brasileiras e estrangeiras”, diz Sonia.

“EU TAMBÉM
NÃO POSSO
QUERER QUE ELA
PAGUE POR UMA
COISA, OU PAGUE
DUPLAMENTE,
SÓ PORQUE É
ESTRANGEIRA”

Sonia Drigo

inicialmente sem nome, o projeto era definido no contrato com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) como um programa de “aperfeiçoamento à assistência às presas estrangeiras”. O nome Estrangeiras surgiu após o projeto ganhar corpo, mais precisamente em 2006, quando a equipe passou a contar com assistentes sociais, pedagogas, missionárias, e psicólogas, tornando multidisciplinar a atuação junto às estrangeiras. “Você não atende parte da pessoa – parte jurídica, parte social. Você atende a pessoa, em todas as necessidades que ela precisa”, afirma a psicóloga Carolina Yabase, integrante da atual equipe do Projeto.

O novo nome trouxe consigo algumas questões, que revelam as múltiplas visões de mundo compartilhadas pela equipe do ITTC. O termo “estrangeira” remete à palavra “estranha”, visão histórica chancelada pelo governo brasileiro e presente até hoje no Estatuto do Estrangeiro e no imaginário popular. Não por acaso, as estrangeiras na Penitenciária Feminina da Capital referem-se a si mesmas e às outras como strangers (estranhas), e não como foreigners (estrangeiras). “O nome Estrangeiras é, na realidade, uma provocação”, afirma a internacionalista Lucia Sestokas, que atuou no Projeto entre 2013 e 2014. “Pelo Estatuto do Estrangeiro, hoje elas não podem ser consideradas migrantes e o Estado as vê como “estrangeiras”, sem acesso à plenitude de direitos que devem ser garantidos às pessoas migrantes”, diz. Sem direito à regularização migratória por terem passagem pelo sistema prisional, as mulheres seguem na ilegalidade enquanto aguardam o processo de expulsão. “Nesse sentido, o nome ‘Estrangeiras’ vem de estranhas, porque perante o Estado elas não são ninguém, elas não têm cidadania reconhecida”, afirma Isabela Cunha, advogada e integrante do Estrangeiras.



2001: a

institucionalização

do Projeto

Estrangeiras

Contato com as famílias das estrangeiras privadas de liberdade foi essencial para o início da institucionalização do Projeto. Pautado em um Protocolo de Intenções, em 2001 foi firmado um convênio com a SAP, que autorizou a entrada da equipe do ITTC em qualquer estabelecimento penal do Estado onde houvesse

mulheres estrangeiras em privação de liberdade.

Naquela época, em São Paulo, as mulheres de fora do país estavam espalhadas na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), no Tatuapé e nos presídios do Butantã e Dacar 4, também desativado. Um ano após a assinatura do convênio com a SAP, 266 atendimentos foram realizados pelo Projeto. Hoje, são mais de 1400.

Uma das principais reivindicações do Projeto foi a transferência de todas as presas estrangeiras para a Penitenciária Feminina da Capital (PFC), localizada no bairro do Carandiru, em São Paulo. Apesar de o acordo com a SAP permitir a entrada da equipe em todos os presídios do Estado, o Instituto acreditava que a separação das mulheres em diferentes unidades enfraquecia sua atuação e isolava os pequenos grupos de estrangeiras em outros presídios. “Toda vez que você isola um grupo específico, a chance de você não garantir os mesmos direitos que você garante a toda a população é maior”, afirma a advogada e integrante da equipe Luísa Luz. “Dentro da prisão existe troca e solidariedade. A sociabilidade entre as mulheres é fundamental, se não a restrição do convívio delas é maior ainda”, diz. A PFC é ainda hoje o presídio mais bem estruturado do Estado, especialmente em relação ao trabalho. Na unidade, há maior oferta de vagas, incluindo para as estrangeiras. As chamadas “firmas” montam sua linha de produção nas penitenciárias e pagam até um salário mínimo às trabalhadoras. O dinheiro fica armazenado no pecúlio, poupança que poderá ser utilizada na compra de produtos da lista ou ao sair da prisão. O trabalho, responsável também pela remição de pena, muitas vezes as impede de ir ao atendimento feito pelo ITTC, já que o pagamento é de acordo com o rendimento da “funcionária”. Nesse sentido, um número excessivo de ausências no trabalho, por exemplo, pode significar a “demissão” da mulher presa. Apesar de oferecer mais oportunidades de trabalho, a PFC continua sem estrutura adequada para abrigar as mais de 500 mulheres na unidade. Não raro, elas relatam dificuldades materiais de se manter dentro da prisão, já que, sem jumbo e sem visitas, não conseguem ter acesso a vestuário adequado para o frio, por exemplo, nem aos materiais de higiene e limpeza. Outra preocupação da equipe é com relação à saúde das mulheres na PFC. Medicamentos psiquiátricos são comumente receitados às presas, que podem desenvolver dependência dos remédios prescritos durante o cumprimento da pena.

Privadas de sua liberdade em um território completamente hostil, estrangeiras sequer tinham acesso ao direito à progressão de regime, sob os argumentos de que estavam irregulares no país e de que não tinham endereço fixo aqui. Condenadas em sua maioria por tráfico de drogas, as estrangeiras têm, ainda, um complicador que aumenta em até 2/3 sua pena: o fato do tráfico ser internacional.

A aprovação da Lei de Drogas em 2006 levou a um expressivo aumento no número de mulheres encarceradas. Hoje, cerca de 70% da população prisional feminina no país responde

a crimes ligados ao tráfico. O texto, à época celebrado por organizações sociais, previa a despenalização do usuário e da usuária de drogas, que, a partir de então, não poderiam mais ser condenados a penas de prisão. Em contrapartida, a punição para traficantes tornou-se mais rígida e o tempo mínimo de cumprimento de pena passou de 3 para 5 anos. Na prática, porém, não houve a redução do número de pessoas processadas e presas por delitos relacionados às drogas, mas sim um aumento exponencial do encarceramento de pessoas negras, pobres, mulheres e estrangeiras.





Em 2001, ano em que o Projeto foi institucionalizado, a população prisional feminina no Brasil era de 5687 mulheres. Em 2014, quase 38 mil estavam atrás das grades. O aumento também foi sentido entre as estrangeiras: se no início havia cerca de 40 delas presas em São Paulo, em 2013 esse número subiu para mais de 500. Atualmente, 90% das 350 mulheres de fora do país respondem por crimes relacionados ao tráfico. "Quando começamos, o Denarc (Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico) ainda estava em Cumbica. Tinha mulher que ficava na carceragem do aeroporto algemada no cano da parede por dias", afirma Heidi.

Presas em flagrante no Aeroporto Internacional de Guarulhos, a maioria delas compartilha trajetórias semelhantes. Vindas de regiões pobres, especialmente de países latino-americanos e, mais recentemente, da África e da Ásia, são as únicas provedoras da família, normalmente composta por elas e seus filhos e filhas. Na maior parte das vezes, a condição de vulnerabilidade dessas mulheres é acompanhada pela dificuldade de entrada no mercado formal de trabalho. O comércio ou transporte de drogas surge como uma oportunidade, informal e irregular, que possibilita a geração de renda para o sustento da família ou para a solução de problemas econômicos mais

pontuais. "A primeira mula com quem conversei em região de fronteira era uma adolescente que cumpria medida socioeducativa por tráfico internacional de drogas. Mas ela também era vítima da exploração sexual - questão simplesmente ignorada pelo juiz", conta a advogada Dalila Figueiredo, fundadora da Asbrad, Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, localizada em Guarulhos. "Essas mulheres



estão imersas em contexto de múltiplas vulnerabilidades, não é apenas uma questão que as leva para isso”, diz.

A divisão de gênero, tão presente no mercado formal de trabalho, também está na organização do tráfico. Um número considerável de mulheres estão empregadas no mercado de drogas transportando consigo e mesmo dentro de seus corpos substâncias ilícitas de uma fronteira para a outra, função considerada de menor importância na estrutura do narcotráfico. As chamadas “mulas” fazem parte dessa logística e são frequentemente enquadradas pela polícia e pela Justiça, como traficantes. Não raro, suas prisões são planejadas pelos chefes das organizações: usadas como bois de piranha, essas mulheres pagam um preço alto para que um carregamento maior, em rota semelhante, possa passar despercebido. “Nos casos em que elas sabiam o que estavam levando – porque nem todas sabiam – era comum ouvir que elas entraram no aeroporto já para serem presas. Havia toda uma estrutura organizada por parte dos traficantes e da polícia para prendê-las ali”, afirma Heidi Cerneka.

Durante o cumprimento da pena, toda a documentação das mulheres estrangeiras fica retida na Polícia Federal ou dentro

do próprio processo criminal. Enquanto aguardam pelo desfecho do processo, as mulheres dependem da mobilização dos consulados e embaixadas para a emissão de seus documentos, tal como o passaporte ou a certidão consular. Em 2015, o Conselho Nacional de Imigração (Cnig), por meio da Resolução 110, estabeleceu uma medida que permite a regularização migratória de pessoas estrangeiras em cumprimento de pena no país. Dessa forma, elas podem ter acesso à documentação brasileira, tal como carteira de trabalho e CPF, por exemplo. Para a equipe do Projeto, a medida pode ajudar a desestigmatizar o estrangeiro ou estrangeira em conflito com a lei no Brasil. Ao autorizar a estadia e o acesso ao emprego no país, o órgão indica estar alinhado à visão do ITTC. “Nós enxergamos estas pessoas como migrantes, e, portanto, sujeitos de direitos. Temos que considerá-las dentro do fluxo migratório, que é influenciado por crises econômicas, territoriais e sociais”, afirma Isabela Cunha.

“NÓS
ENXERGAMOS
ESTAS PESSOAS
COMO MIGRANTES,
E, PORTANTO,
SUJEITOS DE
DIREITOS”.

Isabela **Cunha**

Nos 15 anos de Projeto Estrangeiras, o ITTC conseguiu estreitar laços com consulados e embaixadas no Brasil. A atuação desses órgãos prevê ajuda na transferência de dinheiro entre as estrangeiras e suas famílias e também na emissão de documentos, como o passaporte, por exemplo. Além de facilitar o contato entre as presas e familiares no exterior, os órgãos também podem comprar e enviar os produtos previstos na lista da SAP. Atualmente, o ITTC mantém um acordo de cooperação com a Embaixada da Tailândia, localizada em Brasília. O documento, assinado em 2014, apenas oficializa o trabalho já realizado pela equipe do Projeto desde o início, que é a assistência às estrangeiras. “Eu sou muito grata ao ITTC pelo trabalho que ele faz com as presas tailandesas. Se eles não atuassem junto a elas, tenho certeza de que nosso trabalho seria ainda mais difícil”, afirma Phitchanan Panadamrong, segunda secretária da Embaixada Real da Tailândia no Brasil.

VOLUNTEER AGREEMENT

The Royal Thai Embassy in Brasilia (hereinafter referred to as "the Embassy") is pleased that Land, Labour, and Citizenship Institute (hereinafter referred to as "ITTC") agrees to volunteer its services to the Embassy.

ITTC's address is R. Marques de Itu, 298, Vila Buarque, São Paulo, SP, Brazil and the Embassy's address is SEN, Av. das Nacoes, Lote 10, Brasilia, DF, Brazil.

The Embassy hereby engages ITTC to provide services described herein under "Scope and Manner of Services." ITTC hereby agrees to provide the Embassy with such services in exchange for consideration described herein under "Payment for Services".



Expulsão: um limbo

jurídico

Além de fazer o contato com a família por telefone e e-mail, o ITTC também acompanha os processos desde o início até a expulsão. Esse é um caminho sem volta para o estrangeiro ou a estrangeira que comete determinados crimes no Brasil - com exceção das mães de filhos e de filhas brasileiros. Segundo o artigo 338 do Código Penal, uma vez expulsos ou expulsas, não poderão retornar ao país - previsão rechaçada pelas organizações ligadas aos movimentos de imigração. "Essa é uma forma de criminalizar a pessoa que já se envolveu na rede de migração, que é um processo de deslocamento relacionado a questões econômicas ou políticas", afirma a advogada Luísa Luz.

Para muitas das estrangeiras, no entanto, isso não é um problema. "Tudo o que eu mais quero é voltar para casa, ficar com minha família e cuidar do meu filho", afirma N.T., venezuelana de 22 anos. A jovem, grávida quando presa, diz que o ITTC a acolheu no período em que ficou na PFC. "Todas as semanas recebia notícias da minha família. Não faltou comunicação", afirma. "Mesmo quando elas não podiam ir, me mandavam depois as cartas atrasadas", diz. Graças ao Instituto, N.T. conseguiu retomar o contato com a família, e sua mãe, a profes-

sora Yandira Rengel, veio até o Brasil para acompanhar seu processo. "Foi como uma bênção. Eu estava em um país longe de minha filha e o mais perto que podia ficar dela era pelo ITTC", afirma Yandira.

O processo de expulsão costuma demorar a ser concluído. Não raro, a resposta demora muito além do tempo de cumprimento da pena, e as mulheres aguardam, sozinhas em São Paulo, o retorno definitivo para casa. "Em dez anos de instituição [a Casa de Acolhida], apenas quatro egressas conseguiram seu processo de expulsão em um prazo mais rápido", afirma Marisa Andrade, diretora da Casa de Acolhida da Associação Palotina, entidade que mantém centro de acolhida para mulheres migrantes na cidade de São Paulo.

A Casa de Acolhida, parceira antiga do ITTC, pode acolher e hospedar as mulheres egressas e seus filhos por até seis meses. Nesse período, a equipe da Associação insere a egressa na capacitação profissional e a ajuda a entrar no mercado de trabalho. Segundo Marisa, a receptividade do mercado oscila de acordo

"TODAS AS
SEMANAS RECEBIA
NOTÍCIAS DA
MINHA FAMÍLIA.
NÃO FALTOU
COMUNICAÇÃO"
N.T., venezuelana

com o contexto econômico. Em tempos de crise, como o atual, conseguir um emprego fica ainda mais difícil. “Além da questão do idioma, existe também o problema da documentação. Atualmente estamos lidando com a Polícia Federal por causa da demora na emissão dos documentos dessas mulheres”, afirma Marisa.

Após a abertura do Inquérito de Expulsão do Território Brasileiro (IPE), submetido ao Ministério da Justiça, uma delegação da Presidência da República decide sobre a permanência da mulher estrangeira no país. Se o órgão decidir que ela deve deixar o território, é expedido um decreto de expulsão, que deverá ser chancelado pelo governo brasileiro.

Essa saga, porém, pode levar anos para acabar e, não raro, o desfecho só é definido após o cumprimento da pena. Nesses casos,

a mulher – agora na condição de egressa – não tem direito à permanência regular no Brasil e vive na pele o sentido mais literal da palavra estrangeira. A dificuldade de arranjar empregos formais, ainda mais em tempos de

crise econômica e instabilidade política, leva muitas mulheres a voltar para a clandestinidade, correndo, mais uma vez, o risco de serem selecionadas pelos mecanismos da justiça criminal a retornarem à prisão. Hoje, o ITTC afirma que um dos maiores desafios do Projeto tem sido a falta de políticas públicas voltadas à mulher que deixa a prisão.

“A travessia foi como uma novela, algo que só havia visto em filmes”, afirma Yandira Rengel, mãe de N.T sobre a condenação de sua filha no Brasil. “Depois, eu tive que me ver, na realidade, na mesma situação”, diz. A jovem, que chegou grávida à PFC, havia dado à luz ainda na prisão. O menino, agora com seis meses de idade, havia saído há poucos dias da unidade. No colo da mãe, olhava atentamente para todos os cantos da sala. “Quando saímos, ele não sabia o que era carro, brinquedo, nada”, afirma N.T. “Ele apontava para as coisas na rua e olhava para mim, esperando uma resposta”, diz.

Apesar de ter um pavilhão destinado às mães, a PFC – como qualquer prisão – não é um espaço acolhedor nem para a mulher nem para o bebê. Sozinhos numa cela individual, com um chuveiro, uma cama e um berço, mãe e filho passam 24 horas por dia juntos por até seis meses. Não há nas

“ELE APONTAVA
PARA AS COISAS
NA RUA E OLHAVA
PARA MIM,
ESPERANDO UMA
RESPOSTA”

N.T., venezuelana

unidades prisionais creche ou um espaço adequado para deixar a criança. “Você não pode fazer nada, não pode trabalhar. O filho vira literalmente um anexo da sua existência, o que é uma visão de maternidade bastante violenta”, afirma Luísa Luz. O direito à amamentação – conquista creditada à pressão da sociedade civil – permitiu que

a mulher ficasse com a criança por até um semestre. Após esse prazo, porém, o bebê é entregue a familiares ou a um abrigo. “Se o encarceramento em massa já é perverso, o encarceramento feminino é o pior de todos, porque não tem nenhum efeito prático”, afirma o defensor público federal João Freitas de Castro Chaves.

O direito à

maternidade no

cárcere

Desde o início do Projeto, em 2001, todos os filhos e filhas de estrangeiras acompanhadas pelo ITTC voltaram ao país de origem da mãe ou viveram temporariamente em instituições de acolhimento no Brasil durante o cumprimento de pena da mulher. Nesses casos, o Projeto têm trabalhado para apoiar as mulheres, realizando articulações entre órgãos do Poder Judiciário, abrigos, consulados, em-



Se a maternidade é uma experiência transformadora na vida da mulher, tornar-se mãe dentro do sistema prisional é ainda mais sensível. "Quando a mulher está grávida na prisão, ela é estigmatizada, taxada como a irresponsável. Quan-

baixadas e familiares, para que o vínculo maternal e afetivo - que ultrapassam a realidade dos muros das prisões - possa ser retomado a partir da liberdade das mulheres. Até hoje, todos os filhos e filhas de estrangeiras acompanhadas pelo Projeto permaneceram com suas mães ou familiares próximos e, ao longo desses 15 anos, nunca houve a destituição do poder familiar ou encaminhamento dessas crianças para adoção.



do ela vira mãe, ela não é mais a traficante. Ela é 'a mãe', afirma a jornalista Ana Luiza Voltolini Uwai, coordenadora de Comunicação do ITTC. "É como se a mulher ganhasse outro status quando ganha o bebê", diz.

Em 2010, o Brasil se comprometeu a garantir tratamento digno à população prisional feminina. As chamadas Regras de Bangkok foram estipuladas pelas Nações Unidas e preveem uma série de medidas que, se aplicadas, poderiam levar ao desencarceramento de mulheres no Brasil. Uma das medidas é a aplicação de penas alternativas à prisão preventiva, levando em conta o histórico de vulnerabilidade das mulheres em conflito com a lei e o impacto da condenação sobre seus filhos, filhas ou familiares. Para as estrangeiras, especificamente, o documento prevê acesso à assistência jurídica e aos consulados, contato com parentes e informações sobre o sistema e o regime prisional - medidas defendidas pelo ITTC desde que o Estrangeiras ganhou corpo, há 15 anos. Mais recentemente, em março de 2016, outra medida prevista no documento foi institucionalizada no Brasil: o Marco Legal da Primeira Infância ampliou a possibilidade de aplicação de penas não restritivas de liberdade, tal como a prisão domiciliar, em casos de mulheres grávidas, em qualquer período da gestação, e de mães de crianças com até 12 anos de idade.

Apesar de terem sido assinadas em 2010 pelo Brasil, as Regras de Bangkok só foram publicadas em português em 2016, graças à pressão e à mobilização da sociedade civil, especialmente do ITTC e da Pastoral Carcerária que, juntos, traduziram o documento.



Progressão de

regime: mais

um passo para

a garantia de

direitos

Apenas em 2009 as mulheres estrangeiras obtiveram acesso ao direito à progressão de regime, ano em que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a impossibilidade de progressão em casos de crime hediondo e equiparados, como é o caso do tráfico de drogas. “Pela lei, elas sempre tiveram o direito à progressão. A questão era a prática dos tribunais, especialmente com relação ao entendimento da Execução Penal de São Paulo”, afirma Viviane Balbuglio, integrante do Projeto Estrangeiras. Mesmo assim, explica a juíza Kenarik Boujikian, houve resistência por parte do Judiciário em aplicar a decisão. “Acolher medidas que são despenalizadas passa por uma resistência muito forte. E eu digo isso em termos estatísticos”, afirma a juíza.

De fato, demorou pelo menos três anos para que o número de estrangeiras no Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã, destinado ao cumprimento de regime semiaberto, aumentasse. “Quando eu comecei a estagiar aqui, em 2011, tinham cerca de 10 estrangeiras no Butantã. Hoje são mais de 80”, afirma Carolina Yabase. Atualmente, o ITTC faz atendimentos na unidade uma vez por mês.

Hoje, a atenção do Projeto tem se voltado cada vez mais para as mulheres egressas do sistema prisional. A falta de políticas públicas voltadas para elas, independentemente da nacionalidade, tem trazido novos desafios para a equipe do Estrangeiras. “Muitas vezes elas não têm família e muitas não falam bem o português. Ao saírem, elas ainda não encontram uma rede constituída de apoio que consiga acolhê-las. E eu acho que nosso desafio é construir ou facilitar a construção dessa rede”, afirma Isabela Cunha. Em 2014, o ITTC foi em busca de apoio de órgãos institucionais, como a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS), para a sensibilização e elaboração de projetos específicos para as egressas. Nesse mesmo ano, o ITTC também contactou instituições ligadas à pauta de migração na tentativa de inserir as estrangeiras egressas nas políticas para migrantes. “A gente está acostumada a lidar com as estrangeiras em privação de liberdade. Mas agora que elas são egressas, elas têm um pouco mais de autonomia para ir atrás das demandas delas e tentar resolver isso sozinhas, sempre com o nosso apoio, até para elas se apropriarem da situação em que elas estão vivendo”, diz Isabela.



Equipe do Projeto Estrangeiras e mulheres migrantes egressas do sistema prisional

Também em 2009 um novo ator ganhou corpo. A redefinição da Defensoria Pública da União (DPU) como a instituição responsável pela assistência jurídica de processados por crimes federais aproximou o ITTC do órgão. Com a experiência de anos encabeçando o atendimento das presas condenadas por tráfico internacional, o Instituto passou adiante a expertise

que acumulou com as estrangeiras. “Desde o começo, nosso parceiro essencial foi o ITTC, principalmente pela atuação de Michael”, afirma o defensor João Freitas de Castro Chaves. “Ela

veio conduzindo a gente na DPU, mostrando os caminhos e explicando como fazer os atendimentos”, diz.

Em 2011, a DPU criou o Grupo de Trabalho (GT) Presos Estrangeiros, coordenado por João, que passou a acompanhar periodicamente a equipe do ITTC nos atendimentos às mulheres na PFC. “Percebi que, de 2011 em diante, só foi crescendo a interação com o Instituto: elas mandavam casos para a gente e a gente fazia os pedidos”, afirma João.

A parceria deu certo e, em 2014, DPU e ITTC firmaram um convênio para ampliar a atuação com as estrangeiras. “A gente foi naturalmente formando esse convênio, não foi nada artificial”, afirma o defensor. “A gente foi, pela prática e pelo afeto, montando uma articulação com o Projeto”, diz.

“OLHAR OS
PROCESSOS
E CONHECER
AS MULHERES
MIGRANTES TEM
SIDO ESSENCIAL”

Viviane Balbuglio

Pelo contrato, a Defensoria Pública cede estagiários e estagiárias ao ITTC e, em troca, a equipe articula e repassa a situação dos processos e das próprias estrangeiras nas penitenciárias e nos centros de progressão provisória ao GT, às defensoras e aos defensores responsáveis pelos casos. “Para a DPU, é importante ter o ITTC porque ele faz o trabalho que a gente não consegue fazer, que é a assistência e o diálogo mais afetivo com as presas”, diz. “O ITTC tem muito mais respaldo com as presas do que a Defensoria. Então isso dá mais confiança para as presas confiarem em nós, o que facilita nosso trabalho”, afirma.

A parceria do ITTC com a DPU também incentivou a formação de estudantes de Direito e de outras áreas, como Ciências Sociais e Relações Internacionais, no campo dos direitos humanos e da justiça criminal. Para a ex-estagiária do Projeto, Viviane Balbuglio, que já trabalhava na DPU antes da parceria, o trabalho entre a DPU e o Projeto Estrangeiras teve um impacto fundamental em sua trajetória. “O Projeto me fez entender a importância da escuta e da compreensão das narrativas individuais das mulheres frente à atuação da Defensoria”, afirma. “Quando eu trabalhava apenas no gabinete

antes de começar a atuar no ITTC, os processos judiciais eram apenas papéis que anulavam as subjetividades das pessoas que dependem diretamente deles. Esse movimento de olhar os processos e conhecer as mulheres migrantes têm sido essencial na minha formação no sentido de cobrarmos uma postura mais crítica dos agentes da justiça criminal na visualização da vida das pessoas frente às burocracias dos tribunais e órgãos públicos”, diz Viviane.

A mais recente conquista do ITTC, que junto com outros parceiros conseguiu pautar uma decisão importante no Supremo Tribunal Federal, foi o afastamento da hediondez do tráfico privilegiado, em junho de 2016. Segundo a Lei de Drogas, o tráfico é considerado privilegiado quando é cometido por réus e réas primárias, sem antecedentes criminais e que não pertencem a organizações criminosas. Esse é o perfil da maior parte das mulheres presas no Brasil e também das estrangeiras privadas de liberdade no Estado de São Paulo. Com a decisão no STF, o direito ao indulto e à progressão de regime - prevista, em crimes hediondos, somente após cumprimento de 2/5 da pena - passa a ser concedida após a execução de 1/6 do tempo de reclusão.

15 anos de Projeto,

15 anos de luta

Os desdobramentos do Projeto Estrangeiras superaram os limites da prisão. Em 15 anos de atuação, dezenas de pessoas passaram pelo ITTC e, hoje, levam consigo nomes, histórias e, principalmente, a responsabilidade de ajudar na construção de um sistema de justiça eficaz. “Eu estava bem desiludida com a faculdade de Direito e logo depois apareceu a proposta de estágio no ITTC”, conta a defensora pública estadual Verônica dos Santos Sionti, secretária-executiva do ITTC. “É o que eu aprendi no Estrangeiras é algo que eu levo para a minha vida toda, porque o início da minha formação profissional e a forma como eu enxergo o Direito vieram a partir do ITTC”, afirma.

O contato com as estrangeiras marcou também militantes históricas da pauta prisional. Heidi Cerneka, que voltou para os Estados Unidos após 17 anos à frente da Pastoral Carcerária no Brasil, afirmou que o que mais lhe impactou foi a determinação das mulheres atendidas pelo Projeto. “Voltei com um monte de rostos, de histórias e de pessoas que eu não vou esquecer nunca. De mulheres desesperadas para fazer a vida funcionar e assumindo riscos, porque não sabiam de onde mais tirar di-

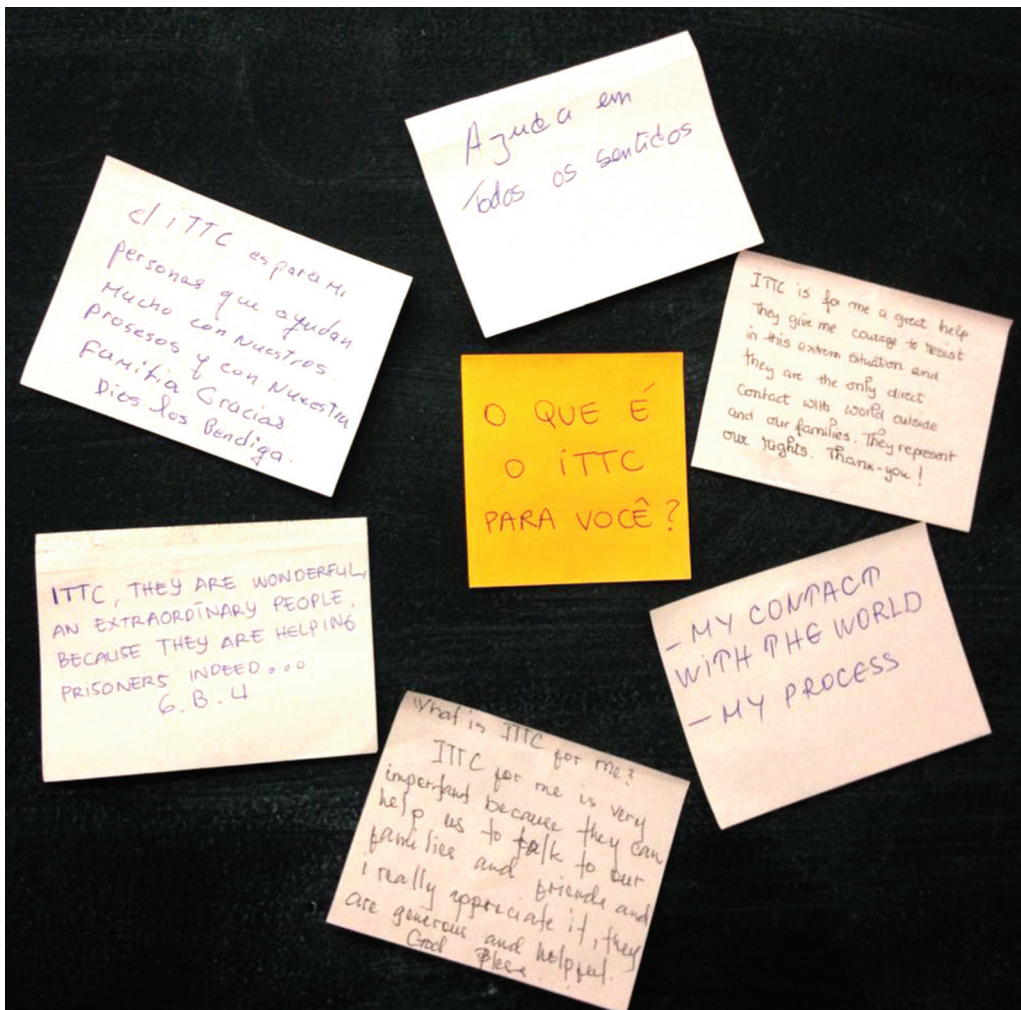
nheiro muitas vezes para elas mesmas e para seus filhos”, afirma.

O ITTC levou para além dos muros da prisão e para além do próprio Instituto a pauta de gênero no sistema prisional. Quinze anos depois, o tema é amplamente debatido nos mais diversos campos da academia, chegando também a gabinetes e tribunais de todo o país. “Nós levamos o assunto das estrangeiras, das mulas, dos direitos da mulher presa aos cursos de Psicologia, de Serviço Social, de Direito. Isso fez com que muitas teses fossem escritas, com que muita gente da Saúde Pública se preocupasse e fez com que também o Poder Judiciário tivesse muito mais atenção naquilo que estava decidindo”, afirma Sonia Drigo.

Desde o início, o Projeto Estrangeiras foi coordenado e executado por mulheres. O protagonismo feminino na equipe, ressaltado por diversas integrantes, foi crucial para o amadurecimento do projeto ao longo desses 15 anos. A identificação com a história daquelas mulheres, com suas vontades, medos e angústias - tão semelhantes às vivências pessoais das advogadas,

“É O QUE EU
APRENDI NO
ESTRANGEIRAS É
ALGO QUE EU LEVO
PARA A MINHA
VIDA TODA”

Verônica Sionti



psicólogas e universitárias que compõem o Projeto - aproximou a equipe ainda mais das estrangeiras. "A gente cria uma identidade com o ser humano que está do lado de lá e que, momentaneamente, está cumprindo uma pena", afirma Sonia Drigo. "Mas grande parte da nossa sociedade ainda pensa que existem cidadãos e cidadãs de qualidades diferentes", diz. Para a estudante de Direito e estagiária do ITTC e da DPU, Nayara Chioma, o contato com as estrangeiras privadas de liberdade lhe trouxe uma nova visão sobre a questão de gênero. "Por mais que elas estejam numa situação de extrema vulnerabilidade, são sujeitas políticas", diz. Luísa Luz concorda: para ela, o feminismo precisa aprender a enxergar e a acolher essas mulheres, que, em nome de seus filhos e filhas, de suas famílias e, sobretudo, em nome de si mesmas, arriscam a própria liberdade em busca de melhores condições de vida.

Mesmo à distância, o ITTC confortou e apoiou centenas de famílias aflitas atrás de informação sobre suas filhas, irmãs, mães, mulheres. Hoje, o Projeto se consagra como

um dos únicos do país a realizar um trabalho de base com as estrangeiras em conflito com a lei. Seu maior legado, porém, foi tirar da invisibilidade e do silêncio a vida de mulheres de inúmeras nacionalidades e culturas, que viviam esquecidas em celas em um país que não era o seu. Ao lado

de jovens estudantes e profissionais, as primeiras mulheres a trabalhar com o tema - Michael, Sonia, Heidi e Denise - hoje passam adiante sua experiência para as novas gerações do ITTC. Nesses 15 anos de Projeto Estrangeiras e nessas quase duas décadas de história, o Instituto transmitiu às equipes, às mulheres atendidas, aos voluntários e às voluntárias e, principalmente, àqueles que trabalham com o sistema de Justiça a capacidade de não ser indiferente ao outro.

E essa é uma conquista que não tem volta.

"MAS GRANDE
PARTE DA NOSSA
SOCIEDADE
AINDA PENSA
QUE EXISTEM
CIDADÃOS E
CIDADÃS DE
QUALIDADES
DIFERENTES"

Sonia Drigo

Projeto Estrangeiras,

15 anos depois

Hoje, 15 anos após o início do Projeto, a equipe se depara com novos desafios, frutos do amadurecimento e da consolidação do Estrangeiras ao longo dessa década e meia. Para além da relação com as egressas do sistema prisional, hoje, as mulheres à frente do Projeto pretendem lançar um banco de dados com as informações coletadas ao longo dos atendimentos feitos pelas equipes desde 2001 - informações que poderão contribuir para a formulação de políticas transversais que garantam os direitos das estrangeiras dentro e fora das prisões. Há, ainda, um desafio maior: o de sensibilizar atores da sociedade civil e do poder público para que enxerguem essa população não como “estrangeira”, mas sim como migrante. “A perspectiva de uma nova Lei de Migrações, pautada nos direitos humanos, aparece como uma boa oportunidade para incluir este grupo enquanto população migrante e que deve ter suas particularidades abrangidas e seus direitos garantidos”,

afirma Isabela Cunha. “O reconhecimento destas pessoas enquanto sujeitos de direitos é um passo importante para que elas tenham cada vez mais condições de desenvolver sua autonomia e viver dignamente no Brasil”, diz.

O frágil contexto político tem imposto ao ITTC novas e necessárias estratégias de atuação. Os retrocessos que se desenham e as incertezas trazidas pelo atual cenário institucional, no entanto, motivam ainda mais a equipe do Estrangeiras na busca pela garantia de direitos - tarefa assumida pelo Instituto desde sua fundação. “O ITTC sempre lutou, independentemente de crises. Nós já lutamos em muitas outras. O problema não é esse. O problema é quando mais da metade da população acredita que bandido bom é bandido morto. A sociedade ainda não está disposta a ver de outra forma as pessoas que estão nos presídios. E são essas pessoas que precisamos converter”, afirma a advogada Michael Mary Nolan, presidenta do Instituto.

“É muito difícil ter que viver com a morosidade, com o descaso e com a falta de compromisso do Judiciário. Existem pessoas que se identificam com uma causa e que cumprem com sua obrigação. Mas a grande maioria não faz isso. Os casos que nós tínhamos na época, nós ainda continuamos tendo. Mas nós do ITTC temos a consciência tranquila de que nós fizemos a diferença nisso tudo. Não só no tratamento delas, mas no respeito à religião delas, no respeito à língua delas, no acompanhamento processual de que elas tivessem um tradutor, na liberdade de receber e de escrever correspondência, de se integrarem realmente daquilo que brasileiras e estrangeiras são todas iguais, com os mesmos direitos. Isso sempre foi um ponto de partida para garantir a essas mulheres”.

– **Sonia Drigo, advogada e fundadora do ITTC**

“A mulher no sistema prisional brasileiro já é invisível. E a mulher estrangeira presa é mais invisível ainda. É uma necessidade trabalhar com o grupo mais vulnerável dentre os vulneráveis”.

– **Michael Mary Nolan, advogada, fundadora e presidenta do ITTC**

“Foi fascinante ter essa entrada na vida delas, saber que sem o ITTC, elas teriam ficado totalmente abandonadas e que uma entidade pequena como a gente era, consegue fazer tanta coisa e tanto barulho e mudar o jeito de tratar pessoas presas”.

– **Heidi Cerneka, vice-presidente do ITTC e coordenadora honorífica para a Questão da Mulher Presa da Pastoral Carcerária Nacional**

“Eu tenho uma admiração muito grande pelo Projeto Estrangeiras, principalmente porque ele não é um projeto que é baseado em uma visão profissional. Ele é acima de tudo um engajamento muito humano das pessoas envolvidas”.

– **João Freitas de Castro Chaves, defensor público federal e ex-coordenador do Grupo de Trabalho de Presos Estrangeiros da DPU**

“É muito bom que existam essas instituições e é muito bom que o ITTC desenvolva esse trabalho imprescindível com essas mulheres. Mas ao mesmo tempo, é uma pena que ainda tenhamos que existir para trabalhar com isso. Isso revela que as questões sociais vêm se agravando a cada dia e o nosso trabalho requer muito mais de nós”.

– **Marisa Andrade, diretora da Casa de Acolhida da Associação Palotinas**

“O ITTC leva para as instituições o que elas veem dentro dos muros da prisão. Elas nos mostram a realidade, a angústia da vida dessas mulheres. Elas eram desconsideradas dentro do invisível do encarceramento feminino. As estrangeiras são o invisível do invisível. E o Projeto surge por uma questão humana: as mulheres presas estrangeiras enxergam que tem um alguém que olhe por elas, num espaço totalitário, num país em que elas não sabem conversar e não sabem a cultura”.

– Kenarik Boujikian, desembargadora e integrante do GET Mulheres

“A gente optou, desde o início, por ter jovens trabalhando no ITTC, por isso sempre temos estagiários, e aprendemos muito com os jovens e reconheço que eles renovam nossas energias, renovam nossa vontade de mudar e a nossa coragem. E acho que mais do que a penitenciária me ensina, é o ITTC e todos que por aqui passaram que me ensinam a fazer alguma coisa por esse mundo”.

– Denise Neri Blanes, assistente social, fundadora e tesoureira do ITTC

“Michael, Heidi, Sonia: elas são minhas professoras. As especificidades das mulheres presas, a legislação internacional, regras mínimas, como denunciar, tudo isso eu fui aprendendo com elas. Eu me realizei e me realizo muito como militante nesse grupo”.

– Dalila Figueiredo, fundadora da ASBRAD

“Tinha uma época em que eu pensava se o Jornalismo era o que eu queria, mesmo. O que é que eu poderia mudar com o Jornalismo? Mas aí eu penso que cada uma daquelas mulheres tem a sua história e quando você conta essa história, você muda alguma coisa na vida delas”.

– Ana Luiza Voltolini Uwai, jornalista e coordenadora de comunicação do ITTC

“O trabalho que a gente faz aqui no Estrangeiras é mais que um trabalho, porque você precisa ter uma conexão verdadeira com as pessoas. Você leva essas experiências de conversar, de ouvir. A parte profissional e a parte pessoal são difíceis de se separar porque você cria uma visão em relação ao trabalho que é muito mais envolvida pessoalmente”.

– Carolina Yubi Yabase, integrante do Projeto Estrangeiras

“O ITTC tem um papel totalmente formativo. Ele me ensinou o que é trabalhar com pessoas, o que é ter empatia e me ensinou a me identificar com essas mulheres absolutamente incríveis que você descobre nesse processo. A batalha é infinita, não é só do sistema penitenciário, é de uma vida. E essas mulheres estrangeiras são muito representativas disso”.

– **Luísa Luz, advogada e ex-integrante do Projeto Estrangeiras**

“O ITTC e o Projeto Estrangeiras simbolizam o paradoxo entre o Direito do papel e o Direito na vida real. Existe uma série de garantias previstas na Lei de Execução Penal que, na realidade, não são garantidas. E nós é que fazemos esse papel. O ITTC mostra que a justiça não é igual para todos. Por que tem gente que é parada no aeroporto e tem gente que não? Por que as mulheres na prisão são muito parecidas?”.

– **Gabriela Magalhães, estagiária e integrante do Projeto Estrangeiras**

“O trabalho reforçou a minha visão do que é o cárcere e de como ele deve ser abolido. Não só na teoria, mas principalmente na prática a gente vê como a lógica é muito mais perversa na vida dessas mulheres. Mas por outro lado, a gente vê que elas, por mais que estejam numa situação de extrema vulnerabilidade, são sujeitas políticas e trazem muitas contribuições para nossa reflexão sobre gênero”.

– **Nayara Chioma, estagiária e integrante do Projeto Estrangeiras**

“Quando eu entrei aqui, eu concordava com as coisas que eu lia do ITTC, mas eu não tinha um pensamento tão aprofundado. E depois que eu entrei, comecei a pensar criticamente as questões. Trabalhar aqui mudou muito a forma como eu penso”.

– **Luiza Magalhães, estagiária e integrante da equipe de comunicação do ITTC**

“A experiência de participar do Projeto Estrangeiras é um dos trabalhos mais humanos com os quais me envolvi, porque tenho contato com mulheres, como eu, dentro e fora da minha equipe. Trabalhar com a proposta do desencarceramento, em um lógica patriarcal e racista, me fez compreender que o crescente número de mulheres presas não dialoga para o nada, é importante ao capitalismo nos prender e nos cercar da nossa liberdade, nesse sentido, as penitenciárias vem como instrumento quase perfeito para manter a nós, mulheres, aprisionadas travar de nossas lutas”.

– **Ágatha de Miranda, estagiária e integrante do Projeto Estrangeiras**

“ Eu sou grata pela oportunidade de servir a essas mulheres e suas famílias. Essas mulheres são mães, filhas, irmãs e esposas, e merecem ser tratadas com respeito, dignidade, amor e compaixão. O ITTC toca diretamente na vida dessas mulheres e geram mudanças na injusta estrutura social e legal.”

- **Sirikit Noronha, missionária leiga e integrante do Projeto Estrangeiras**

“ Já estou há algum tempo no ITTC e me surpreende como continuo aprendendo diariamente neste trabalho com mulheres. A vivência no Projeto Estrangeiras me permite enxergar para além dos discursos sobre a invisibilidade e a vulnerabilidade das mulheres em privação de liberdade. As condições enfrentadas por elas são de fato muito difíceis, mas, para além deste olhar que por vezes as vitimiza, para mim tem sido muito impactante perceber como mesmo nestas situações elas são capazes de criar estratégias de resistência para superar as privações que lhes são impostas”.

- **Isabela Cunha, integrante do Projeto Estrangeiras**

“ Estar perto delas é uma experiência que me faz compreender ainda mais quão frágil esse sistema é, fazendo com que eu me questione o tempo inteiro a respeito de sua efetivação, além da necessidade urgente de atenção e envolvimento de todos os setores da sociedade nos assuntos ligados à instituição prisional. Semanalmente no nosso ir e vir do atendimento, conheço mulheres que lutam pelas suas vidas e pela vida de suas famílias, mesmo que distantes. A depender da perspectiva, existem entre nós muito mais semelhanças do que diferenças. Elas me ensinam muito”.

- **Amanda Signori, estagiária e integrante do Projeto Estrangeiras**

Diretoria Responsável
Michael Mary Nolan
Heidi Ann Cerneka
Verônica dos Santos Sionti
Denise Neri Blanes

Equipe Responsável
Ágatha Miranda
Amanda Signori
Carolina Yabase
Gabriela Magalhães
Isabela Cunha
Kathleen Bond
Nayara Chioma Uzoukwu
Sirikit Noronha
Viviane Balbuglio

Texto
Harumi Visconti

Revisão
Stella Mesquita

Imagens
Dora Martins
CNJ Oficial
Cristina de Branco

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação
Ana Luiza Voltolini Uwai e Milena Nakata

Agradecimentos

Michael Mary Nolan, Sonia Drigo, Heidi Cerneka, Verônica dos Santos Sionti, Denise Neri Blanes, Luiz Eduardo Greenhalgh, Caroline Hilgert, Isabela Cunha, Carolina Yabase, Ágatha Miranda, Sirikit Noronha, Ana Luiza Voltolini Uwai, Lucia Sestokas, Viviane Balbuglio, Luísa Luz, Nayara Chioma, Gabriela Magalhães, Amanda Signori, Anna Carolina Martins Silva, Kathleen Bond, Luiza Magalhães, Marcia Setúbal, Julio Lancelloti, Kenarik Boujikian, Dalila Figueiredo, Marisa Andrade, Yandira Rangel, João Freitas de Castro Chaves, Phitchanan Panadamrong, Pastoral Carcerária, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo, Casa de Acolhida, Asbrad, Grupo de Trabalho Mulheres Encarceradas, Embaixada da Tailândia, Consulados da África do Sul, da Venezuela, dos Países Baixos e Britânico, a todas as mulheres do ITTC.

A todas e todos que participaram de alguma forma da história do Projeto Estrangeiras.





Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

FACEBOOK.COM/ITTCOFICIAL

@comunicaITTC

ITTC.ORG.BR